

GLOBALIZAÇÃO E A EXCLUSÃO SOCIAL

*René Becker Almeida Carmo**

A globalização coloca, pois, um desafio; imaginar a política dentro de parâmetros universais e mundializados. Isso significa que o debate sobre a cidadania, realizado em termos tradicionais, se esgotou. É necessário ampliá-lo e percebermos o mundo como uma 'sociedade civil mundial' (RENATO ORTIZ, 1997)

RESUMO — *Neste texto buscar-se-á analisar a natureza e os efeitos excludentes da globalização, processo que efetivamente teve início a partir dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan e que vem promovendo transformações em todo o sistema mundial de ordem econômica, social, cultural e política, promovendo reflexos no plano dos direitos e da cidadania.*

PALAVRAS-CHAVE: *Globalização. Exclusão social. Economia e mercado.*

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é o de analisar a globalização e a exclusão social sob a ótica de vários autores, dentre eles, Zygmunt Bauman que, no texto *Globalização: as consequências humanas*, enfoca este tema analisando os seus efeitos na economia, na política, nas estruturas sociais, inclusive sobre a percepção de tempo e espaço, no qual se conclui que a globalização tanto tem a capacidade de reunir, quanto

* Prof. Adjunto (DCIS/UEFS).Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP). E-mail: rene@uefs.br.

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS). Tel./Fax (75) 3224-8134 - Av. Transnordestina, S/N, Módulo III - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: dcis_uefs@yahoo.com.br

de desagregar, promovendo ao mesmo tempo concentração de riquezas e exclusão social sem precedentes.

A escolha deste tema é plenamente justificável, tendo em vista que o assunto é discutido em todos os segmentos da sociedade, de forma estruturada ou não e, principalmente, no meio acadêmico, especialmente por pesquisadores das áreas econômica e social.

O processo de globalização, que para os historiadores é fenômeno antigo, a partir da primeira metade da década de 1970 passou a ser discutido com maior ênfase. Assim, vem proporcionando grandes transformações de ordem econômica, social, cultural e política, com abrangência em todo o mundo, promovendo reflexos no plano dos direitos e da cidadania.

Atualmente, a globalização é compreendida como um estágio mais avançado do processo histórico de internacionalização do capitalismo, compreendendo: a) um acelerado desenvolvimento tecnológico; b) rápida difusão de um novo padrão de organização da produção; c) avanço da concentração dos mercados dentro dos blocos regionais; d) difusão desigual da mudança tecnológica; e) significativo aumento do número de oligopólios globais e dos fluxos de capitais; f) ausência de um padrão monetário estável (COUTINHO, 1996).

Os impactos positivos ou negativos decorrentes da globalização provocam constantes discussões na perspectiva de se buscar compreender quais os benefícios ou malefícios em prol da sociedade. Para Waterman (1994, apud TEIXEIRA, 2002, p. 55), “a globalização reforça identidades, internacional e extraterritorialmente e, de forma contraditória, também na esfera local. O local não desaparece, mas a noção de espaço passa a ser compreendida mais social que territorialmente”.

Em todo o mundo, verifica-se o crescente interesse pelo estudo da globalização. Segundo Borja & Castells (1996, apud TEIXEIRA, 2002), ocorre uma aceleração e aprofundamento do processo de globalização, com abrangência não somente em termos econômicos, mas, sobretudo, de comunicação via satélite e a internet, decorrente da revolução tecnológica nos meios de informação, que promove intercâmbios em termos mundiais de forma instantânea.

NATUREZA DA GLOBALIZAÇÃO

A literatura pesquisada não aponta uma definição que seja integralmente aceita por todos os pesquisadores. Assim, vamos defini-la como um processo de integração dos mercados nacionais e internacionais de ordem econômica e financeira, com a interdependência de todos os povos e países do globo terrestre.

O termo ou a palavra globalização como conceito, para diversos pesquisadores, tem sido utilizado mais recentemente num sentido marcadamente ideológico, que passou a ser difundido pelos economistas no final da década de 1970 para definir um cenário em que as relações comerciais entre os países eram mais constantes e facilitadas. Esse conceito foi bem assimilado pelos meios de comunicação daquela época, que passaram a utilizá-lo com frequência. No entanto, em termos históricos, existem controvérsias em definir uma periodização para estes cinco séculos de integração econômica e cultural denominada de globalização, que compreende os períodos de: a) 1450 a 1850, que foram caracterizados pelo expansionismo mercantilista da economia européia, considerada a primeira fase; b) a segunda fase, que vai de 1850 a 1950, teve como característica o expansionismo-industrial e colonialista; c) a globalização recente, que se acelera após 1989, com a queda do muro de Berlim, o colapso da URSS e a hegemonia dos EUA, permanece até hoje e tem como característica a “cibernética-tecnológica-associativa”. Nessa última fase, o capitalismo, sob a rotulagem neoliberalista e a hegemonia americana, passou a predominar em quase toda a economia mundial. Para outros autores, a globalização é um fenômeno capitalista e complexo, que tem suas raízes na Revolução Industrial.

Conforme Gómez (2002), até a metade dos anos 1980, nos círculos acadêmicos, o termo globalização não era utilizado com muita frequência, ainda considerando que, nos anos 1960, Mc Luhan anunciou sua famosa metáfora da “aldeia global”, como consequência das novas tecnologias de informação e comunicação. Esse termo é ambivalente, em função da variedade de fenômenos que abrange e dos impactos diferenciados

que gera em diversas áreas: financeira, comercial, produtiva, social, institucional, tecnológica, cultural, etc (BAUMANN, 1966; WATERS, 1995).

EFEITOS EXCLUDENTES DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização, para a sociologia, não tem a mesma caracterização observada na economia e na política. Na perspectiva sociológica, os efeitos decorrentes da globalização são observados sob a ótica social, assim considerado o processo pelo qual a vida social e cultural nos diversos países do mundo é cada vez mais afetada por influências internacionais, em razão de injunções políticas e econômicas. Para a economia e a política, refere-se ao intercâmbio econômico e cultural entre diversos países, devido à informatização, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, à ação neocolonialista de empresas transnacionais e à pressão política no sentido da abdicação de medidas protecionistas, num contexto mundial de livre-comércio com a redução da presença do Estado (WIKIPÉDIA, 2007).

No entendimento de Bauman (1998, p. 16), “no mundo do pós-guerra espacial, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial”.

Conforme Coutinho (1995, p. 21), a globalização é “uma etapa nova e mais avançada do progresso tecnológico e de acumulação financeira de capitais”, que se articula pela ordem produtiva e financeira, dois vetores que identificam a dinâmica do capitalismo atual, que é representada pela ideologia do neoliberalismo (COSTA, 2007).

Para Costa (2007), a globalização produtiva é fruto das “forças produtivas do capitalismo”, que efetuam grandes investimentos em pesquisas, objetivando promover constantes mudanças em suas bases materiais, na busca do aumento da produtividade para maximizar o lucro do capital investido, que promove a concentração de riqueza, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

A globalização produtiva, com introdução da ciência no processo produtivo, afeta as vantagens comparativas subvertendo os seus efeitos. Gera benefícios para as economias centrais (EUA, Europa Ocidental e Japão), que controlam as inovações tecnológicas e, ampliam o poder de mercado, aumentando o fosso tecnológico com relação às economias periféricas, que cada vez mais ficam dependentes de importação de pacotes tecnológicos na perspectiva de promover o seu crescimento.

Na análise desenvolvida por Cardoso (2002, p. 103), “as idéias dominantes sobre globalização (produtiva) colocam toda ênfase no processo de trabalho (novas formas de organização e gestão) na troca (circulação internacional de mercadorias – bens e serviços)”.

A mobilidade que as grandes corporações multinacionais demonstram nas constantes transferências de suas plantas industriais para os países periféricos, na busca da melhoria da competitividade, através de redução de custos de produção na aquisição de matérias-primas e principalmente com a mão-de-obra, promove a precarização das relações de trabalho, o desemprego no local em que funcionava a planta industrial e gera novos empregos no país em que a indústria vem a se instalar. Nesse caso, em decorrência da falta ou precariedade da regulamentação nos países onde ocorre a instalação dessas indústrias, a rede de proteção social aos empregados é restrita, ou quase inexistente. Em decorrência do crescimento do desemprego que é estrutural, a ação sindical volta-se basicamente para a manutenção do emprego.

Outro aspecto a ser observado, trata-se das mudanças tecnológicas que são verificadas nos sistemas produtivos, que promovem o constante lançamento de novos produtos e renovação dos existentes.

As corporações transnacionais que lideram a globalização produtiva, além de buscarem a valorização do capital, interferem na política interna dos países periféricos. Essas corporações controlam um terço da produção mundial, enquanto as vendas de suas filiais superam o montante do comércio exterior (GÓMEZ, 2002).

Por outro lado, a desregulamentação e a abertura econômica promovem um crescimento acentuado da volatilidade de capitais que, sem fronteiras, são aplicados em ativos financeiros e monetários não apenas nos países em desenvolvimento, como também nos países desenvolvidos.

A partir dos governos Reagan e Thatcher, na década de 1980, o processo de internacionalização do sistema financeiro, no qual as transações de divisas e as operações financeiras de aplicações e empréstimos ocorreram de forma artificial e especulativa, em vários mercados simultaneamente, sofre um processo de aceleração.

Gómez (2002, p. 150) afirma que é “a passagem dum mundo de autarquia financeira para um mundo de mobilidade de capital quase ilimitada, isto é, para uma integração financeira global cujo funcionamento parece realizar o ‘fim da geografia’”.

A análise de Gómez (2002) é procedente ao se verificar que, segundo os dados do Banco Mundial, o mercado de derivativos é anualmente superior ao montante das reservas cambiais dos bancos centrais de todo o mundo.

Essa movimentação de recursos financeiros especulativos cria, para Baumann & Chesnais (1996, apud GÓMEZ, 2002, p. 151):

uma teia de conexões e interdependências crescente entre forças econômicas privadas transnacionais e estados nacionais (sobretudo através do serviço da dívida pública e da política monetária a ele associada), uma teia que volátil e desterritorializada, não pára de movimentar-se por toda parte em busca de lucros extraordinários e imediatos, na simultaneidade decisória possibilitada pelos avanços tecnológicos nas áreas de comunicações e de processamento de informações.

Na visão de Gómez (2002, p. 152), “a globalização financeira diz respeito, então, a um processo que conseguiu contornar as regras e os controles instituídos pelos estados centrais, no quadro do capitalismo ‘organizado’ e do sistema multilateral de regulação da economia mundial”.

A revolução tecnológica verificada nos meios de informação, ao permitir intercâmbios em termos mundiais a qualquer momento do dia, dinamiza o desenvolvimento dos negócios na área financeira que já impõe a sua hegemonia sobre a órbita produtiva (COSTA, 2007).

De acordo com Santos (2000, p. 44), “nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro”.

Na ótica de Costa (2007), o produto social resultante da globalização e de sua ideologia, o neoliberalismo, com a acumulação e concentração de riquezas, desagregou sociedades, tornou os ricos mais ricos e ampliou a pobreza em praticamente todos os cantos do mundo, especialmente nas nações da periferia, nas quais a barbárie vem esgarçando o tecido social e incrementando a violência e a criminalidade em todos os aspectos.

Em análise desenvolvida com base em indicadores do Banco Mundial sobre a distribuição de renda no mundo, no período de 1965 a 1992, para Korzeniewicz & Moran (1997, apud THERBOM, 2002, p. 81), “a proporção entre os mais pobres e os mais ricos, tendo como base a quinta parte da população mundial, foi de 1,31 para 1,65. Ficando constatado que na metade dos anos 80 quando a globalização econômica de 1,43 em 1985 para 1,65 em 1990”.

Coutinho (1992, p. 81), observa que a “expansão dos movimentos de capitais e do volume das transações nos mercados cambiais globalmente integrados, cujo resultado cumulativo pode ser retratado como um intenso processo de interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas” que se estabelece sem a devida regularização, em decorrência do enfraquecimento da soberania dos Estados-Nação cuja limitação, torna-se a cada dia mais evidente.

Cardoso (2002, p. 110) afirma que a

“financeirização típica do declínio de cada ciclo de acumulação do capital tem acentuado drasticamente a desigualdade social, mesmo nas grandes potências que encerram sua hegemonia.

Nesse contexto, segundo Cardoso (2002, p. 111),

a desigualdade social acentuou-se drasticamente nas últimas décadas. Milhares de pessoas lutam para sobreviver sob condições extremamente precárias, não só nos confins do mundo e entre as legiões de perseguidos e de refugiados, mas também onde o capitalismo se apresenta como mais próspero. Na década de 80, muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vão de portas e caixas de papelão, quando não eram escolhidos pela polícia.

As constantes inovações tecnológicas e as novas formas de organização do trabalho (produção flexível) promovem o aumento da produtividade, com reflexo no aumento do desemprego. Neste caso, a expansão da produção não tem acompanhado o aumento da produtividade, não sendo capaz de expandir o emprego para absorver parte do contingente da mão-de-obra que é expulsa do sistema produtivo. Assim, o sistema não só promove a marginalização, como a exclusão social, que é estrutural. Dessa forma, o crescimento do desemprego promove a exclusão e a miséria que cresce cada vez mais. “Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para a sociedade, reverte exclusivamente para o capital” (CARDOSO, 2002, p. 114).

Na análise desenvolvida por Burawoy (1990, apud ALMEIDA, 2004, p. 47-48), “o ponto de referência primordial não é mais o êxito da empresa de um ano para o próximo; ao contrário, é a taxa de lucro que pode ser obtida em outro lugar, o que leva

os operários, quando trabalham em empresas que estão perdendo lucros, à desconfortável alternativa entre cortar salário ou perder o emprego”.

O crescimento do exército de reserva de mão-de-obra exerce uma ação ativa no sentido de promover o rebaixamento dos salários e atua como uma forma restritiva à ação sindical, que atualmente nas negociações com os empregadores, não tem buscado em primeiro plano a recomposição das perdas salariais, mas, a manutenção do emprego. Nesse sentido pode-se observar que:

todo esse processo se faz presente no nível da formulação política, dando forma às propostas de precarização das relações de trabalho por meio das quais se pretende reduzir ao limite mínimo e, se possível, abolir direitos e garantias que o trabalho havia conquistado no momento anterior do desenvolvimento capitalista, em que as relações de forças eram outras (CARDOSO, 2002, p. 115).

Na ótica de Clarke (1996, apud SANTOS, 2005, p. 31) “uma das transformações mais dramáticas produzidas pela globalização econômica neoliberal reside na enorme concentração de poder econômico por parte das empresas multinacionais”.

Segundo Santos (2000, p. 59),

a fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente [...].

Nunca na história houve um tão grande número de deslocados e refugiados. O fenômeno dos sem-teto, curiosamente na metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo. O desemprego é algo tornado comum. Ao mesmo tempo, ficou mais difícil do que antes atribuir educação de qualidade e, mesmo, acabar com o analfabetismo. A pobreza também aumenta [...]. E essa condição se amplia para um número cada vez maior de pessoas. O fato, porém, é que a pobreza tanto quanto o desemprego agora

são considerados como algo “natural”, inerente ao próprio processo. Junto ao desemprego e a pobreza absoluta, registre-se o empobrecimento relativo de camadas cada vez maiores graças à deterioração do valor do trabalho. Vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é, também, criador de insegurança.

Para Cardoso (2002, p. 118), “sob a ideologia do desenvolvimento, acenava-se com a esperança do progresso. Sob a ideologia da globalização, parece que se ameaça com a degradação à condição de pobreza, caso o país não se adapte e não se entregue à economia mundial dentro dos padrões propostos para essa integração”.

Conforme Anderson (1994), Gil (1995), Unrisd (1995), Luttwak (1996) (apud GÓMEZ, 2002, p. 154-155),

as conseqüências negativas que decorrem da globalização são hoje amplamente reconhecidas, indo desde o aumento do fenômeno da exclusão social e espacial, passando pela brutal concentração da renda, o achatamento salarial, o desemprego estrutural, a flexibilização dos direitos sociais e o sentimento generalizado de insegurança no trabalho, o debilitamento das antigas identidades e formas de solidariedade de classe, e chegando até o crescimento das correntes migratórias internacionais, a intensificação da degradação ambiental, o consumismo desenfreado e o fundamentalismo reativo de afirmação da identidade dos não-incluídos.

Mollo (2007) afirma que a intensificação dos processos de concentração, polarização e marginalização ampliam o caráter excludente do capitalismo; o aumento da volatilidade dos capitais em conjunto com a rentabilidade financeira e o caráter fictício do capital colocam em risco o próprio andamento das economias a médio e longo prazos.

Nesse prisma, cabe formular o seguinte questionamento: Quem mais ganhou ou perdeu com a globalização? Como resposta, podemos afirmar que os maiores beneficiários foram os grandes grupos e corporações industriais, comerciais, prestadoras de serviços e financeiras, que acumularam mais patrimônio e concentraram riquezas, fruto dos elevados lucros obtidos principalmente por suas filiais nos países periféricos. Em consequência, os pobres tornaram-se ainda mais pobres e marginalizados da sociedade, continuaram vivendo em favelas, cortiços, embaixo de viadutos, pontes e marquises, tendo que conviver com a violência, a criminalidade e o tráfico de drogas, que crescem assustadoramente, compondo um processo que cada vez mais se agrava.

Por outro lado, quem mais perdeu com a globalização foi a classe média, que vem sendo atingida de forma abrupta com a perda substancial do seu poder de compra, fruto do desemprego ou da precarização das relações de trabalho. Isto reflete no padrão e na qualidade de vida, no que se prende à saúde, à segurança, à educação, à cultura, ao lazer, à locomoção e à moradia, com a perspectiva de transferência, num espaço não longo de tempo, para bairros mais afastados do centro ou para a periferia, onde passará a conviver com a violência, a criminalidade, o tráfico de drogas e com todo tipo de barbárie, processo evidente de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura pesquisada aponta que, nas décadas de 1950 e 1960, a ciência social prestou uma relevante contribuição na discussão das questões do “desenvolvimento”. Naquela época, surgiu um novo campo, a “sociologia do desenvolvimento”, que foi a responsável pela difusão desse tema, que lhe conferiu a dimensão de objeto de ciência.

Em dezembro de 2007, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou o relatório – Globalização justa: criando oportunidades para todos. Este documento atesta que o debate público sobre a globalização está em um impasse e poucos estão usufruindo seus benefícios, à custa de muitos.

Verifica-se o aumento das desigualdades sociais entre os povos, trocas comerciais injustas para os países mais pobres, competição profissional cada vez mais acirrada.

Para Ramonet (1997, apud CARDOSO, 2002, p. 97),

a globalização da economia, promovida pelas forças de mercado, finalmente pode agir em liberdade depois de abolir as restrições que o Estado lhe havia imposto. Neste sentido, ela se funda sobre a ideologia do pensamento único, a qual decretou que somente uma política econômica é possível de agora em diante e que somente os critérios do neoliberalismo e do mercado (competitividade, produtividade, livre-troca, rentabilidade, etc) permitem a uma sociedade sobreviver num planeta que se tornou uma selva concorrencial.

Em suma, para Gómez (2002, p. 171), “diante dos processos interligados de globalização e fragmentação em curso, a autonomia e a soberania do poder territorializado do Estado se veem submetidas, por cima e por baixo, a sérias erosões e restrições”.

Nesse contexto, observa-se que a diminuição do poder do Estado, ao reduzir o leque de serviços públicos à disposição da sociedade, contribui para o aprofundamento da pobreza. A estabilização dos preços decorrente do aumento da produtividade e a retomada do crescimento, não são suficientes para produzir um efeito significativo na redução da pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais (SALAMA, 2002).

Assim, entre todos os aspectos da exclusão desencadeada pelo regime contemporâneo de acumulação de capital, há um que se destaca como essencial para compreender a crise atual nas suas contradições mais profundas: o desemprego estrutural e massivo.

Dessa forma, a globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal, cujas três principais inovações institucionais são, para Robinson (1995, apud SANTOS, 2005, p.31):

restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual; subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

Concordando com o pensamento de Ianni (2004, p. 244), “a globalização cria injunções e estabelece parâmetros, anula e abre horizontes. Mas o pensamento científico parece um tanto tímido, surpreso ou mesmo atônito, diante das implicações epistemológicas da globalização”.

Portanto, pode-se concluir que “globalização diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global. Globalismo é uma das forças que atuam no desenvolvimento da globalização (IANNI, 2004, p. 248).

Na perspectiva dos neoliberalistas, a globalização a qual tem por fundamento a ideologia do “pensamento único”, considera que somente as políticas de cunho neoliberais com base no mercado sem fronteiras permitem a uma sociedade sobreviver numa “aldeia global”, em decorrência dos inúmeros fenômenos que abrangem e dos impactos que se verificam nas áreas financeira, comercial, produtiva, social, institucional, tecnológica e cultural.

GLOBALIZATION AND SOCIAL EXCLUSION

ABSTRACT — *In this text one examines the nature and the exclusionary effects of globalization, a process that effectively started during Margaret Thatcher’s and Ronald Reagan’s governments and has promoted changes in the entire system in the whole world system of economic, social, cultural and policy, promoting reflection on the field of rights and citizenship.*

KEY WORDS: *Globalization. Social exclusion. Economy and market.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. R. de. Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional a atual fase de internacionalização do capitalismo. In: SILVA, A. A. da; CHAIA, M. (Org.). **Sociedade cultura e política**. São Paulo: EDUC, 2004.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de M. Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CARDOSO, M. L. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, C. (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

COSTA, E. **Para onde vai o capitalismo?** Notas sobre a globalização neoliberal e a nova fase do imperialismo. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/Paraondevai.htm>>. Acesso: 03 jan. 2007.

COUTINHO, L. G. A terceira revolução industrial. **Economia e sociedade**. Campinas, São Paulo, 1, ago. 1992.

_____. Nota a sobre a natureza da globalização. **Economia e sociedade**. Campinas, São Paulo, 4 jun. 1995.

_____. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus - Sobeet, (1996).

GÓMEZ, M. L. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, C. (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MOLLO, M. R. **Globalização da economia, exclusão social e instabilidade**. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/globec.htm>>. Acesso: 3 jan. 2007.

SALAMA, P. Novas formas de pobreza na América Latina. In: GENTILI, C. (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, E. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

THERBORM, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILI, C. (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WATERS, M. **Globalization**. Londres, Routledge, 1995.

WIKIPÉDIA. **Globalização**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Globalização>>. Acesso: 5 jan. 2007.

Recebido em: 24/09/2009

Aprovado em: 06/05/2010